

SELETA

A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

Rodolfo GARCIA

ENTRE OS LOUVORES que os primeiros cronistas do Brasil faziam à terra, é de reparar a insistência com que se referiam à possibilidade de vir ela a servir um dia de sede da monarquia lusa. Permitam-me uma pequena incursão através das nossas crônicas, e ficará suficientemente abonado o reparo que faço.

Primeiro temos Gabriel Soares de Sousa, no próêmio de seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*: "Como todas as cousas têm fim, convém que tenham princípio, e como o da minha pretensão é manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Todos os Santos e o demais estado do Brasil, do que se os reis passados tanto se descuidaram; a el-rei nosso Senhor convém, e ao bem do seu serviço, que lhe mostre, por estas lembranças, os grandes merecimentos deste seu estado, as qualidades e estranhezas dele, etc.; para que lhe ponha os olhos e bafeje com seu poder; o qual se engrandeça e estenda a felicidade, com que se engrandeceram todos os estados que reinam debaixo de sua proteção; porque está muito desamparado depois que El-Rei D. João III passou desta vida para a eterna, o que o principiou com tanto zelo, que para o engrandecer meteu nisso tanto cabedal, como é notório, o que se vivera mais dez anos, deixara nele edificadas muitas cidades, vilas e fortalezas mui populosas, o que se não efetuou depois do seu falecimento, antes se arruinaram algumas povoações que em seu tempo se fizeram. Em reparo e acrescentamento estará bem empregado todo o cuidado que S. M. mandar ter deste novo reino; pois está capaz para se edificar nele um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano, que seja um dos estados do mundo..."

Depois, em ordem cronológica, vem Brandônio, ou Ambrósio Fernandes Brandão, o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, no primeiro Diálogo: "Esta província do Brasil é conhecida no mundo com o nome de América, que com mais razão houvera de ser pela terra de Santa Cruz, por ser assim chamada primeiramente de Pedrálvares Cabral, que a descobriu em tal dia, na segunda armada que EI-Rei D. Manuel, de gloriosa memória, mandava à Índia, e acaso topou com esta grande terra não vista nem conhecida até então no mundo, e por lhe parecer o descobrimento notável despediu logo uma caravela ao reino com as novas do que achara, e sobre isso me disse um fidalgo velho, bem conhecido em Portugal, algumas cousas de muita consideração... E indaga o interlocutor Alviano: "E que é o que vos disse esse fidalgo. - Responde Brandônio: "Dizia-me ele que ouvira dizer a seu pai, como cousa indubitável, que a nova de tão grande descobrimento foi festejada muito do magnânimo rei, e que um astrólogo, que naquele tempo no nosso Portugal havia de muito nome, por esse respeito alevantara uma figura, fazendo computação do tempo e hora em que se descobriu esta terra por Pedrálvares Cabral, e que outrossim do tempo e hora em que teve el-rei aviso de seu descobrimento, e que achara que a terra novamente descoberta havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo da gente portuguesa, posto que a isso não devemos dar crédito, são sinais da grandeza em que cada dia se vai pondo." . . . Essa notícia de um astrólogo que predisse o futuro do Brasil, não é invenção de Brandônio.

Damião de Góis, na *Crônica de D. Manuel*, já refere o fato, asseverando que o rei era "muito dado à astrologia judiciária, em tanto que no partir das naus para a Índia ou no tempo que as esperava, mandava tirar juízos por um grande astrólogo português, morador em Lisboa, por nome Diogo Mendes Vizinho, natural da Covilhã, de alcunha o Coxo, porque o era de aleijão, e depois deste falhar, com Tomás de Torres, seu físico, homem mui esperto, assim na astrologia, como em outras ciências".

Outro cronista, este já nascido no Brasil, Frei Vicente do Salvador, que terminou sua *História* em 1627, afirmava que o Brasil naquele tempo podia sustentar-se com seus portos fechados, sem socorro de outras terras, e indagava e respondia ao mesmo tempo: ". . . de Portugal vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave e, para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como o de uvas. Azeite? faz-se de cocos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho e de lã, porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo e fiando, nem faltam tintas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural, como agora dissemos. Ferro? muitas minas há dele, e em São Vicente está um

engenho onde se lavra finíssimo. Especiarias? há muitas espécies de pimenta e gengibre. Amêndoas? também se escusam com a castanha de caju, *et sic de ceteris*.

Se me disserem que não pode sustentar-se a terra que não tem pão de trigo e vinho de uvas para as missas, concedo, pois este divino sacramento é nosso verdadeiro sustento; mas para isto basta o que se dá no mesmo Brasil, em São Vicente e campo de São Paulo... E com isto está que tem os portos abertos e grandes barras e baías, por onde cada dia entram navios carregados de trigo, vinho e outras mercadorias, que deixam a troco das da terra".

Vê-se, portanto, que o Brasil, desde os seus primeiros dias, estava, no conceito dos que sobre ele escreviam e tratavam, fadado aos grandes destinos, que depois se realizaram: refúgio e abrigo da gente lusa, sede da monarquia portuguesa. Mais de uma vez, em ocasiões de perigos iminentes na política européia, a corte cogitou em transferir-se para o Brasil. D. João IV duas vezes se deixou seduzir por esta idéia, quando projetou casar o primogênito, Príncipe D. Teodósio, primeiro em França, depois com a filha de Filipe IV, entregando o governo da parte européia dos domínios, e conservando para si a coroa do Brasil. Entretanto, não há razão para crer que, realizado o consórcio, esta condição do projeto se cumprisse. A dúvida que sobre isso teve o Cardeal Mazarini de algum modo contribuiu para que abortasse a tentativa do noivado francês - observa nas *Novas Epanáforas* o historiador J. Lúcio de Azevedo. Mais tarde, em 1660, quando rebentou a guerra entre Portugal e a Espanha, a idéia esteve para ser posta em prática, segundo o testemunho do Padre Antônio Vieira. Em carta a Francisco de Brito Freire, datada da Bahia, de 24 de junho de 1691, Vieira recorda assim o incidente: "Oh! quanto tornara eu a ver a V. S^a, desta banda! Lembro-me agora de quando a rainha mãe [viúva de D. João IV], por conselhos dos Condes de Castanheda e de Sousa, enviou a V. Sa. não só para governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura, no caso em que algum sucesso adverso, que então muito se temia, necessitasse deste último remédio. E também V. Sa. estará lembrado de que S. M. me mandou passar do Maranhão, onde então estava, para assistir a V. Sa. e se seguir o roteiro que el-rei, que Deus tem, tinha prevenido, como tão prudente, para o caso de semelhante tempestade, e se achou depois de sua morte em uma gaveta secreta rubricado de sua real mão com três cruzeiras." Vieira alude aos sucessos passados depois da paz entre a França e Castela e à guerra que esta movia a Portugal. O momento era alarmante para o reino luso. O Duque de Aveiro tinha desertado para a Espanha; D. Fernando Teles de Faro, embaixador na Holanda, fora subornado, passando a servir a Filipe IV. A guerra nas fronteiras arrastava-se com escasso êxito, e tudo pressagiava perigos à

dinastia. Sabe-se que Antônio Vieira se dispunha para a jornada a Pernambuco, quando os colonos do Pará, em revolta contra os jesuítas, o prenderam, sendo então forçado a tornar à Europa. No reinado de D. João V, a idéia chegou a preocupar um dos maiores estadistas portugueses, D. Luís da Cunha, que J. Lúcio de Azevedo considera um original espírito, adiantado em demasia para o Portugal do seu tempo, que a externou na Instrução a Marco Antônio de Azevedo Coutinho para quando fosse ministro de Estado. Considerei talvez visionariamente - escreveu D. Luís da Cunha - que S. M. se achava em idade de ver potentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil; e nele tomasse o título de imperador do Ocidente; que viesse estabelecer a sua corte levando consigo todas as pessoas que de ambos os sexos o quisessem acompanhar, que não seriam poucas, com infinitos estrangeiros, e na minha opinião o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro." Dessa proposta ou sugestão, é provável que não tivesse conhecimento o soberano; pelo menos disso não ficou nenhum indício na história de seu reinado. Mas D. Luís da Cunha dizia que seu bisavô, D. Pedro da Cunha, apresentara a mesma sugestão em 1580 ao Prior do Crato.

No reinado de D. José I, quando rebentou a guerra com a Espanha, em 1762, houve quem afirmasse que durante todo o tempo esteve no Tejo de prevenção uma nau, para, em caso de perigo, transportar ao Brasil a família real. Varnhagen atribui as construções grandiosas então ordenadas no Pará, o palácio do governo e outras, àquele projeto. Mas J. Lúcio de Azevedo não encontra muito fundamento histórico nessas asserções, tanto no caso da nau preparada para o transporte da família real, como no preparo dos edifícios paraenses para recebê-la. Varnhagen não citou a fonte onde colheu a informação, e isso nos impede de confirmá-la. O certo, porém, é que, havendo perigo, o caminho do Brasil estava aberto...

Foi o que aconteceu depois, em 1807, quando se deu o que poderíamos chamar de "inversão brasileira", isto é, a transformação da capital da colônia luso-americana em sede do governo da monarquia portuguesa. Como sabem todos, nos fins do século XVIII e princípios do seguinte, a Europa esteve absolutamente convulsionada, do ponto de vista político. Portugal, desde 1792, era governado ou desgovernado pelo Príncipe D. João, por incapacidade de D. Maria I, cuja razão ficou abalada por desgostos de família. Quase todo o continente europeu estava então sob o guante de Napoleão Bonaparte. Apenas a Inglaterra resistia. Pretendendo feri-la com um golpe mortal, Napoleão decretou em Berlim o bloqueio do continente, a que Portugal, satélite da Inglaterra, deixou de aderir, incorrendo assim nas iras do vencedor do mundo. Napoleão, que em 1801 havia incitado a Espanha contra Portugal,

aliando-se de novo àquela nação em 1807, fez ao Príncipe Regente D. João a imposição de romper com a Inglaterra. D. João, que a princípio respondera com evasivas, mandando ao soberano francês ricos presentes e propondo-lhe o casamento de D. Pedro com uma filha de Luçiano Bonaparte, teve afinal que ceder; e por dois decretos, de outubro e novembro de 1807, não só aderiu ao bloqueio continental, como também ordenou a detenção dos súditos britânicos domiciliados em Portugal e a confiscação de suas propriedades. Em consequência dessas medidas os navios ingleses bloquearam os portos do reino e ocuparam a ilha da Madeira. Entre a cruz e a caldeirinha, D. João ainda por cima ignorava a existência do tratado de Fontainebleau, celebrado em 27 de outubro entre a França e a Espanha, em virtude do qual o reino de Portugal seria retalhado, ficando ao ministro da Espanha, o Príncipe da Paz, a soberania dos Algarves e do Alentejo, reservando o norte ao rei da Etrúria, com o título de rei da Lusitânia, e guardando a França o resto do reino. O Brasil e mais colônias portuguesas seriam ulteriormente repartidos entre a Espanha e a França. Só veio D. João a ter conhecimento desse tratado por intermédio do comandante da esquadra inglesa, Sir Sidney Smith, ao mesmo tempo que o Tenente-Coronel Carlos Frederico Lecor lhe vinha anunciar que um poderoso exército francês, às ordens de Junot, marchava sobre Lisboa. Deixar-se ficar em Portugal, seria D. João sujeitar-se à sorte que tiveram Carlos IV e Fernando VII da Espanha. A solução, portanto, era a de que já haviam cogitado os reis e governos anteriores: a fuga para o Brasil, refúgio outrora de degredados, agora de príncipes e fidalgos. Já a vanguarda dos franceses havia passado Abrantes, quando, precipitadamente, foi pela corte, por sugestão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apoiada pelo ministro inglês Strangford (que, havendo recebido seus passaportes, se conservava na esquadra inglesa que bloqueava a barra do Tejo) tomada a resolução de toda ela passar para o Brasil. Na sexta-feira, 27 de novembro, pelas 11 da manhã, se embarcou pois o regente com a família real, e no domingo, 29, pela manhã, se fez de vela para o Brasil com uma esquadra de sete naus, cinco fragatas, dois brigues e duas charruas, além de muitos navios mercantes da praça, que partiram na mesma manhã, pois os que esperaram para a tarde foram impedidos de sair, pelas autoridades francesas, cujas tropas entraram em Lisboa no dia seguinte.

Assim se fez a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, com o seu séquito de cerca de 15.000 pessoas, de fidalgos, funcionários, criados, oficiais e soldados. Era a "inversão brasileira", como bem qualificou Sílvio Romero, porquanto o Brasil passou a ser a metrópole e Portugal a colônia. No manifesto de 1º de maio de 1808, com que o Príncipe D. João declarou guerra à França, disse ele profeticamente que erguia a voz no seio do novo império que viera criar. A frota em que vinha a corte teve de separar-se por acidentes

do mar, de modo que o navio que trazia o Príncipe chegou primeiro à Bahia em 23 de janeiro de 1808 e os outros depois àquele porto e ao do Rio de Janeiro. Ao chegar à Bahia o Príncipe, procurou José da Silva Lisboa, um dos brasileiros mais notáveis pelos seus talentos e saber naquela época, ao ex-Governador D. Fernando José de Portugal, seu amigo, para convencê-lo da necessidade da abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo, medida indispensável, pois que se neles então só entravam navios portugueses e só de Lisboa e do Porto se faziam trocas, fechados estes, em consequência da ocupação francesa, ficaria o Brasil sem as mercadorias imprescindíveis à sua vida, a monarquia sem recursos e a exportação sem mercados onde se despejar.

A evidência desses fundamentos - diz Tobias Monteiro - não evitou a grande resistência que eles encontraram, e parecia de graves consequências tomar tão depressa, na primeira semana após a chegada ao Brasil, providência de tamanho alcance, na ausência da maior parte dos conselheiros da coroa, atrasados na viagem; mas tal foi a força dos argumentos de Lisboa, que D. Fernando a eles cedeu, e fez com que o Príncipe Regente publicasse a carta régia de 28 de janeiro que abria os portos do Brasil ao comércio direto de todas as nações amigas. Desse modo - conclui Tobias Monteiro - empurrados por Napoleão e pela Inglaterra, e guiados pela mão de um brasileiro, o Príncipe e seus ministros, embora sem compreender, davam os primeiros passos para a independência do Brasil. Já no Rio de Janeiro, o Príncipe Regente decretou a liberdade do comércio e indústria manufatureira, sem distinção de nacionalidade ou de casta, isso por alvará de 1 de abril de 1808, que revogou o de 5 de janeiro de 1785, de que já vos falei em outra lição. Esse regime de concessões liberais refletiu-se ainda em outros atos administrativos do Príncipe Regente, como o de 7 de fevereiro, criando os serviços de higiene pública, bem como os cargos de físico-mor e cirurgião-mor do reino de Portugal, Estados e domínios ultramarinos, "com o fim de entenderem em tudo quanto pudesse concorrer para o aumento e conservação da saúde pública, fazendo desarraigá-los antigos e prejudiciais abusos, e dando todas as providências que fossem análogas e conducentes a tão importante objeto". Fundou-se o ensino médico, anuindo-se à proposta do Dr. José Correia Picanço sobre a necessidade de criar uma escola de cirurgia anexa ao hospital da cidade "para instrução dos que se destinavam ao exercício desta arte", e cometendo-se-lhe a escolha de professores, que "não só ensinassem a cirurgia propriamente dita, mas a Anatomia, como base essencial dela, e a arte obstétrica, tão útil como necessária".

Ainda na Bahia, D. João decretou a incorporação da primeira companhia de seguros que houve no Brasil, intitulada *Comércio Marítimo*,

cujos estatutos aprovou; concedeu licença para uma fábrica de vidro; autorizou o governador a estabelecer a cultura do trigo e fábricas de moagem; a mandar abrir estradas, com especialidade para o Rio de Janeiro; a mandar estudar o melhor plano de defesa e fortificação da Bahia, indicando-se quais as medidas urgentes e mais consentâneas, e ficando, para o mesmo fim, autorizado a fazer construir 25 barcas canhoneiras; a criar uma fábrica de pólvora e uma fundição de artilharia; a realizar todas as obras de fortificação do porto; e a organizar dois esquadrões de cavalaria. O Príncipe Regente chegou ao Rio a 7 de março de 1808. A 10 de março foi assinado o decreto destituindo o ministério que acompanhara o Príncipe, e organizado novo gabinete. Essa mudança, refere Melo Moraes, teve por causa o boato de traição que se espalhou em Lisboa, e que fez algum peso no ânimo de D. João, de haver o Ministro Antônio de Araújo aconselhado a partida do Príncipe da Beira, D. Pedro, como condestável, para o Brasil; e com isso, buscar-se salvar o filho para entregar ao pai aos inimigos. Esse boato, que os inimigos dos Ministros Tomás Antônio e Conde da Barca fizeram espalhar por toda parte, não se desvaneceu em Lisboa, nem se apagou de todo no ânimo do Regente.

O primeiro ministério no Brasil ficou assim constituído:

Negócios do Reino: D. Fernando José de Portugal, depois Marquês de Aguiar;

Negócios Estrangeiros e da Guerra: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares;

Negócios da Marinha e Ultramar: D. João Rodrigues de Sá e Menezes, visconde e depois Conde de Anadia.

Durante o governo do Príncipe D. João regente e rei, de 1816 por diante, até 1821, sucederam-se vários ministérios, mas três deles foram verdadeiramente notáveis: o do Conde de Linhares, o do Conde da Barca e o de Tomás Antônio.

Com o primeiro ministério criou-se o Conselho de Estado; logo depois, a 1 de abril, estabeleceu-se o Supremo Conselho Militar e de Justiça; a 5 de abril criou-se a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil; a 28 de junho criou-se o Erário Régio e o Conselho de Fazenda; por decreto de 13 de maio de 1809 organizou-se o Corpo da Guarda Real da Polícia da Corte; por decreto de 28 de maio de 1810 criou-se o Real Teatro de São João, depois de São Pedro, que ficou sob a direção da Intendência de Polícia, com a obrigação de "promover todos os meios para ele se erigir e conservar sem dispêndio das rendas públicas e sem ser por meio de contribuição, que grave mais ou menos os meus vassallos" - dizia o Príncipe. Não deve passar

despercebida a iniciativa da fundação do Banco do Brasil, cujos estatutos foram oficialmente publicados a 8 de outubro de 1808, e a 12 ficou o banco constituído com o capital de mil e duzentos contos de reis dividido em 1.200 ações. Essa iniciativa deve-se ao Conde de Linhares. Os bilhetes emitidos pelo Banco, pagáveis à vista e ao portador, tinham caráter de moeda corrente, garantida por lastro metálico. O Banco operava sobre descontos de letras de terra e de câmbio, sobre depósitos e recebimentos de dinheiros a prêmio, sobre saques de umas para outras capitanias do Brasil, possessões portuguesas e praças estrangeiras. Em 1809 igualou-se o valor das moedas de prata e cobre em todo o país e criou-se um patacão de prata do valor de 960 réis, circulando na Bahia e no Rio; impôs-se o tributo da décima predial urbana; estabeleceu-se o direito a sisa; criaram-se os lugares de juiz conservador dos privilegiados e falidos, de superintendente-geral dos contrabandos e de fiscal da Real Junta do Comércio; isentaram-se de direitos de entrada e saída os tecidos aqui fabricados, e de direitos de importação as mercadorias estrangeiras procedentes de Lisboa que aí tivessem pago esse imposto. Muitos são os atos administrativos do Príncipe Regente, que merecem registro especial; vamos conhecer apenas os principais; a criação da Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, em 1810; a Academia Real Militar, em 1811; o Museu Nacional, o Jardim Botânico, etc.

A justiça manda reconhecer que D. João VI foi para o Brasil um bom rei. Oliveira Lima, fazendo-lhe esta justiça, traçou-lhe este veredicto:

"Era por um lado preciso que este rei tivesse algum valor para que, preponderando no seu conselho ora um ministro enérgico e inovador, como Linhares, ora um indiferente libertino como Galvêas, ora um diletante intelectual e político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às praxes forenses e de curta visão diplomática como Tomás Antônio - o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma ação mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém una e direta, sobre a marcha que tomavam os acontecimentos. Tal foi o papel do monarca que fundou a nacionalidade brasileira: através dos ministros agia a coroa, cuja direção suprema apresentava as modalidades diversas dos agentes que encarnavam o impulso do movimento de transformação contido na obra administrativa."

(Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil. 1500-1800: 155-162. Segunda edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. ("Documentos Brasileiros", v. 84).